



## LITERACIA INFORMACIONAL

Eliane Lourdes da Silva Moro

Doutora em Educação (UFRGS); professora da UFRGS

Lizandra Brasil Estabel

Doutora em Informática na Educação (UFRGS); professora do IFRS e da UFRGS

Os termos “letramento”, alfabetização” e “literacia” vêm sendo utilizados desde a década de 1960, nas mais diferentes áreas do conhecimento humano, grafados em diversas modalidades, nos diversificados âmbitos de aplicação e de estudos. Perpassam as pesquisas científicas, a partir de dados e informações, até chegar às necessidades humanas básicas, como saúde e alimentação, necessárias para proporcionar condições de vida dignas a todas as pessoas.

Um indivíduo pode ser considerado letrado quando detém “[...] habilidade de tomar decisões a partir dos conhecimentos científicos, aplicando na vida os conceitos da ciência”. (PASSAMAI; CABRAL, 2019, p. 16). A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) destaca que a competência informacional se encontra no centro do aprendizado ao longo da vida. Este aprendizado “[...] capacita as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações”. (IFLA, 2005).

No entanto, ainda na década de 1970, o empresário americano Paul Zurkowski, líder da indústria da informação nos Estados Unidos, alertou o governo norte-americano sobre a importância da capacitação das pessoas para a competência em *information literacy* para o acesso e o consumo na utilização de produtos de informação disponíveis no mercado mundial. Zurkowski já

apresentava preocupação quanto ao acesso e ao uso de *softwares* pelos trabalhadores, compreendendo as informações e tendo a competência em aplicá-las nas demandas de trabalho.

Em 1985, Breivik apresenta o termo como um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes relacionados à pesquisa, à avaliação e ao uso da informação, compreendido também como uma ação educacional fundamental desenvolvida pelos bibliotecários e que daria início à aproximação desse profissional com os docentes e educadores em geral. Partindo dessa premissa, Dudziak (2010, p. 6) afirma que

As necessidades de aprendizado dos alunos não podiam mais ser satisfeitas com os livros textos e os materiais existentes nas bibliotecas. Era preciso dar a eles condições para que aprendessem mais e melhor, de maneira independente e autônoma.

Moro e Heinrich (2021) compreendem que o sujeito competente em informação não se enquadra mais nos limites estreitos do acesso, consumo e produção de informação, com uma visão puramente instrumental. É preciso reconhecer que esse mesmo sujeito tem sua bagagem cultural, experiências e vivências anteriores que interferem na compreensão e interpretação que este faz da informação, agregando valor a ela.

A *information literacy*, desde o seu surgimento, tem seu vínculo no universo da informação, reconhecida como essência da competência em informação – por isso sua referência como informação, conhecimento e aprendizado. Destacamos duas autoras, Dudziak e Belluzzo, que realizaram seus estudos no Brasil sobre *information literacy*, sendo que suas publicações podem ser consideradas fontes de referência sobre essa temática no âmbito da informação e do conhecimento.

Em 2003, Dudziak publica *Information literacy: princípios, filosofia e prática*, apresentando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento, e definindo a *information literacy* a partir de uma ênfase no papel educacional das bibliotecas e do bibliotecário.

Em 2020, Belluzzo, em artigo intitulado “Competência em Informação: das origens às tendências”, apresenta um estudo de fontes bibliográficas, autores e conceitos, abrangendo aspectos histórico-conceituais e as mudanças significativas pelas quais passaram desde o seu surgimento, além dos diferentes fatores que protagonizaram sua consolidação em âmbito internacional e no Brasil.

Para Dudziak (2003), *information literacy* apresenta um significado bem mais amplo que a soma de suas duas partes: *information* e *literacy*. A autora (2003) afirma que informação é um conceito muito complexo, que engloba muitas definições e interpretações, conforme a área de conhecimento na qual se insere, mas, simplificando o termo, a informação é o conjunto de representações mentais codificada e socialmente contextualizadas que podem ser comunicadas, estando, portanto, indissociadas da comunicação. Já o termo *literacy*, segundo Lyman (1979) *apud* Dudziak (2003), pode ser definido como a habilidade de compreender matérias, ler criticamente, usar materiais complexos e aprender por si mesmo. Para Dudziak (2003), o termo não apresenta um significado preciso. Novas ênfases têm emergido, acomodando novos significados.

Em relação à expressão *information literacy*, Dudziak (2003) defende que se trata de um termo inclusivo, englobando todas os demais, sendo que, no Brasil, ainda não possui tradução para a língua portuguesa, embora tenham surgido outras expressões correlatas e possíveis de serem empregadas, como “alfabetização informacional”, “letramento”, “literacia”, “fluência informacional”, “competência em informação”, entre outras.

A autora apresenta o panorama internacional da *information literacy* na década de 1970, tendo como precursor o bibliotecário americano Paul Zurkowski, que sugeria que os recursos informacionais deveriam ser aplicados às situações de trabalho, para a resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades relacionadas ao uso de ferramentas de acesso à informação. Em 1976, Hamelink e Owens inseriram a *information literacy* como um instrumento de emancipação política, em um contexto de cidadania, indo além da simples aquisição de habilidades e conhecimentos ligados à informação. Em 1979, os autores Taylor e Garfield abordaram a capacitação em informação como sendo o domínio de técnicas e habilidades de

uso das ferramentas informacionais na modelagem de soluções para os problemas, um dos requisitos para a competência.

Na década de 1980, as TIC contribuíram para alterar os sistemas de informação e as bibliotecas, principalmente nos Estados Unidos, em relação às bases de produção, controle, guarda, disseminação e acesso à informação, colocando o computador em foco e alterando definitivamente os sistemas de informação, que passaram a ter uma ênfase instrumental.

Estudos de Breivik e Kuhlthau contribuíram para o estabelecimento de conexões entre bibliotecas, educação, *information literacy*, o aprendizado ao longo da vida e a educação voltada para a *information literacy*, segundo dois eixos fundamentais: a integração ao currículo e o amplo acesso aos recursos informacionais, cruciais ao aprendizado estudantil, a partir da apropriação das TIC. Ainda na década de 1980, a publicação do relatório da ALA ressalta a importância da *information literacy* para indivíduos, trabalhadores e cidadãos:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (ALA, 1989, p. 1).

Na década de 1990, surgem vários estudos, a partir de programas criados nas universidades, principalmente nos Estados Unidos e Austrália:

Os profissionais da informação, conscientes da necessidade de possibilitar o acesso rápido e fácil ao novo universo informacional, voltam-se para a *information literacy*. Objetivam então tornar os usuários (agora usuários da informação) aprendizes independentes, enfatizando a integração curricular e a cooperação com a comunidade. (DUDZIAK, 2003).

A autora (2003) afirma que o período foi marcado pela busca de uma fundamentação teórica e metodológica sobre a *information literacy*, destacando-se, além de Doyle, os estudos de Behrens, Candy *et alii*, Kuhlthau e Eisenberg. Para Dudziak (2003), a ênfase na busca e uso da informação enquanto processo

cognitivo para a resolução de problemas, direcionando o aprendiz ao pensamento crítico e criativo, foi explorada por muitos outros educadores.

Em 1997, Bruce introduziu um novo entendimento a respeito da *information literacy*, considerando-a como fenômeno e partindo do pressuposto de que ela está acima do desenvolvimento de competências, caracterizando-se como uma questão situacional experimentada pelos sujeitos, resultando, disso, uma ênfase em determinadas concepções e experiências.

Em março de 1998, a *American Library Association* (ALA) lançou um relatório de atualização. Nesse documento, delineia seis recomendações relativas ao assunto, reafirmando a premissa de adequação de sistemas e de profissionais de informação à realidade atual de multiplicidade de recursos e fontes informacionais e a necessidade de atuação interdisciplinar, integrando também os ambientes educacional e profissional. (DUDZIAK, 2003).

Verifica-se que nos anos 90 diversas organizações se estabeleceram, propiciando dimensões universais à *information literacy* e se disseminando nos continentes, em busca constante da elucidação do conceito, procurando torná-la acessível a um número cada vez maior de pessoas. Destacam-se os países que mais publicam sobre o tema: Estados Unidos, Austrália, Reino Unido, Canadá e África do Sul.

No Brasil, os estudos relativos à *information literacy* foram desenvolvidos mais acentuadamente na Biblioteconomia, na temática de educação de usuários, denotando-se a ausência de políticas integradoras na comunidade acadêmica. Dudziak (2003) aponta como objetivos da *information literacy* a formação de pessoas que tenham a competência de:

- determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão para dialogar com outros indivíduos, definindo e articulando as necessidades de informação;
- identificar potenciais fontes informacionais, em variados formatos e níveis de profundidade;
- considerar custos e benefícios em relação à natureza e extensão de seus propósitos;

- definir critérios de escolha e tomadas de decisão dentro de um plano predeterminado;
- conhecer o mundo da informação e ser capaz de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz;
- avaliar criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos;
- usar e comunicar a informação, com um propósito específico, individualmente ou como membro de um grupo, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais;
- considerar as implicações das ações e dos conhecimentos construídos, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos, extrapolando para a formação da inteligência;
- exercer a aprendizagem com independência e autonomia;
- aprender ao longo da vida.

A autora (2003) caracteriza a *information literacy* como um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência. Considera a expressão como transdisciplinar, pois incorpora um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões. (DUDZIAK, 2003). Além disso, considera como componentes da *information literacy* os seguintes elementos: o processo investigativo, o aprendizado ativo, o aprendizado independente, o pensamento crítico, o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida.

Por outro lado, Belluzzo (2020, p. 2) apresenta uma menção rápida da linha do tempo, já utilizando a terminologia de “Competência da Informação” (CoInfo), tendo em vista que o termo vem sendo utilizado por ser considerado o que melhor representa sua compreensão do ponto de vista semântico e tem como referência a *information literacy*, destacando o cenário social atual que se configura como uma sociedade apoiada em informação, conhecimento e tecnologias.

A recomendação da Unesco, em 2013 e 2014, na tradução do termo *information literacy* para “competência em informação”, “consolidou a utilização dessa expressão como tradução oficial para o português do Brasil, além de inseri-la na logomarca da Unesco para a ColInfo”. (FURTADO; BELLUZZO, VITORIANO, 2019, p. 77 *apud* BELLUZZO, 2020, p. 7). Outro marco histórico do uso da terminologia que recomendou a sigla ColInfo está registrado na “Carta de Marília”, no evento realizado em 2014 durante o III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências, com o tema central “Competência em Informação e Redes de Conhecimento Colaborativo”, na Cidade de Marília (SP), considerado um marco nas ações, estudos e pesquisas sobre a temática da Competência em Informação no país. Para a autora, a ColInfo, na sociedade contemporânea, pode ser identificada por meio de três requisitos:

- a) Competência em informação para a cidadania: compromisso ativo com a comunidade, política e desenvolvimento global, mediante o livre acesso e o uso crítico de dados e informações;
- b) Competência em informação para o crescimento econômico: fomento do desenvolvimento de empresas já existentes e de novas criações, mediante o uso criativo e intensivo do conhecimento e a combinação eficiente dos serviços de informação; e
- c) Competência em informação para a empregabilidade: educação, formação e desenvolvimento contínuo de todos os conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico. (BELLUZZO; FERES, 2013, p. 68).

No artigo, Belluzzo apresenta a descrição teórica da ColInfo e um panorama desde “as origens até as tendências que a integram na sociedade contemporânea, enquanto um movimento de cidadania e aprendizado ao longo da vida, de importância vital para que todos tenham acesso e façam uso inteligente da informação para construir o conhecimento de forma assertiva, ética e legal, e aplicá-lo às questões de garantia da sustentabilidade, desenvolvimento social e inovação no cenário de mudanças em curso” . (BELLUZZO, 2020, p. 2).

A autora destaca a importante contribuição de Bruce (2003) com as chamadas “*seven faces of information literacy*”, ponderando as experiências vividas pelas pessoas, denominadas como uma abordagem situacional. Bruce desenvolveu as sete facetas a partir das seguintes concepções:

- a) **Concepção 1** – Baseada nas tecnologias da informação, sendo que a Colnfo se acha centrada na utilização dessas tecnologias para a recuperação e a comunicação da informação, tendo importância central a possibilidade de acesso à informação individual e em rede. Considera a necessidade de disponibilidade e de infraestrutura para que as pessoas sejam consideradas competentes em informação.
- b) **Concepção 2** – Baseada nas fontes de informação, considerando que a Colnfo depende do conhecimento dessas fontes e da habilidade de acessar a informação por meio delas de forma independente ou pela ação de um mediador. Destaca, ainda, que as fontes podem compreender uma grande variedade de formatos, incluindo os eletrônicos e até mesmo as pessoas. Diferentes orientações para o problema da recuperação das informações deram origem a outras subcategorias: conhecer as fontes de informação e sua estrutura, usá-las com autonomia e com flexibilidade ou por intermédio de mediador.
- c) **Concepção 3** – Baseada na informação enquanto um processo, no qual a Colnfo é vista como centro de atenção, com o entendimento de que os processos de informação compreendem as estratégias aplicadas pelos usuários ao se deparar com uma situação nova e para a qual apresentam falta de conhecimento ou de informação, sendo importante estar apoiado na sistematização de um processo para encontrar e utilizar a informação necessária.
- d) **Concepção 4** – Baseada no controle da informação, no qual a Colnfo é considerada como a capacidade de controlar a informação e sua organização para recuperação posterior, sendo que tem a ver com o armazenamento da informação, em geral na forma de documentos e mediante um sistema que assegure uma fácil recuperação. Assim, assume que toda informação deve ser selecionada sobre a base de seu valor de uso futuro na pesquisa ou no ensino.
- e) **Concepção 5** – Baseada na construção do conhecimento, na qual a Colnfo é experimentada como um processo de construção pessoal de conhecimento em uma nova área de interesse, destacando-se a utilização crítica da informação, sendo que esta se converte em um objeto de reflexão e se apresenta para cada usuário com formas únicas e individualizadas, expandindo a intenção de armazenamento da informação e implicando a adoção de perspectivas pessoais.
- f) **Concepção 6** – Baseada na extensão do conhecimento, na qual a Colnfo é experimentada como um conhecimento ampliado, incorporando a criatividade e/ou intuição, com a criação de sentido e sendo a obtenção de novos pontos de vista uma característica desta concepção. A utilização da informação continua sendo o centro de atenção; porém, não se restringe à construção do conhecimento como na concepção anterior e compreende uma extensão do mesmo, sendo que a intuição e a criatividade passam a ser fatores que contribuem para a utilização eficaz da informação.

g) **Concepção 7** – Baseada na inteligência, sendo que a ColInfo é identificada como o uso inteligente da informação produzida a partir do que se aprendeu, em benefício de outros; ou seja, incorporando a noção de ética, de valores pessoais e sociais no uso da informação. Aqui, considera-se que o diferencial desta concepção é o uso da informação com sabedoria, o que ocorre em um grande e diferenciado número de contextos, incluindo a emissão de juízos, a tomada de decisões e a pesquisa. Implica colocar a informação em um contexto mais amplo e vê-la à luz de uma maior experiência (histórica, temporal e sociocultural), podendo ser utilizada de diferentes formas qualitativamente. A consciência dos valores e da ética pessoal são necessárias para poder utilizar a informação desta forma. (BRUCE, 2003 *apud* BELLUZZO, 2020, p. 9-10).

Chandra (2015) *apud* Belluzzo (2020, p. 15) destaca que a ColInfo “é amplamente aceita na atualidade, sendo que por esta razão está ganhando a condição de fator essencial na Ciência da Informação, na Educação e em outros setores do cotidiano, como a Comunicação e a Administração”.

Finalizando o estudo de Belluzzo, a autora destaca a importância da construção em torno de uma diversidade de práticas, modelos e habilidades que possibilitem vislumbrar vários cenários para enquadrar e pensar o futuro com suas tendências e perspectivas. Esses cenários podem ser descritos, conforme apontados por Saunders (2009) *apud* Belluzzo (2020, p. 22), da seguinte maneira:

- a) **Cenário 1** – Envolve dimensões de natureza semiótica: considerando a existência de novas linguagens, de diferentes sistemas de signos que estão evoluindo e se encontram cada vez mais em integração com multimodais contínuos (*hashtag, link, Twitter, podcast, content curator, YouTube, Instagram, streaming, etc.*).
- b) **Cenário 2** – Compreende a dimensão de natureza tecnológica, considerando-se os avanços dos dispositivos conectados e dos softwares em evolução constante, o que implica maiores possibilidades de uso, de interação, de criação, de comunicação e de relações.
- c) **Cenário 3** – Diz respeito à dimensão de acesso, uso, consumo e divulgação de informação e de conteúdos, com a ampliação de serviços e possibilidades em multiplataformas, cada vez mais acessíveis a uma audiência universal, a qual até mesmo personaliza suas experiências mediante a chamada “computação em nuvem”.
- d) **Cenário 4** – Relaciona-se com a dimensão da ação informativa e comunicativa: os múltiplos formatos das fontes de informação e comunicação que se consolidaram na última

década impõem enfrentar os desafios em termos de interação e da comunicação digital. Assim, as redes sociais, a internet e o uso de dispositivos conectados, em especial os celulares com sua mobilidade, trouxeram consigo uma nova lógica para lidar com a informação e a comunicação, para as quais as pessoas precisam estar capacitadas, sendo a competência em informação articulada à competência midiática um imperativo deste século XXI.

e) **Cenário 5** – Articula-se com a dimensão ética e legal, considerando-se que a democratização na produção de informação e de conteúdos favorece uma liberdade de expressão e de criação sem precedentes. Isso traz consigo boas e más práticas no acesso e uso da informação e dos recursos digitais porque, muitas vezes, cada usuário age de forma isolada com o seu dispositivo e nem sempre utiliza os padrões de ética e legalidade, além de acreditar na maioria das informações e conteúdos que recebe diariamente e de efetuar o seu compartilhamento. (SAUNDERS, 2009 apud BELLUZZO, 2020, p. 22).

Belluzzo (2020, p. 22) considera que “os programas de ensino e aprendizagem voltados para o acesso e uso inteligente, legal e ético da informação, mediados pelos recursos digitais que se encontram disponibilizados, possibilitarão a construção de conhecimento aplicável à realidade social para o enfrentamento das transformações em curso”.

Além das duas autoras, Dudziak (2003) e Belluzzo (2020), muitos outros autores se dedicam ao estudo e publicações sobre *information literacy* ou competência informacional, mas é importante destacar as ações necessárias para a implantação de políticas sociais de aprendizagem e de conhecimento contínuos em relação ao acesso e ao uso da informação, contribuindo para o efetivo exercício da cidadania e o combate à exclusão social.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Report of the Presidential Committee on Information Literacy**: Final Report. [S. l.], 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em Informação: das origens às tendências. In.: **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-28, out./dez. 2020.

BREIVIK, P. S. Putting Libraries Back in the Information Society. **American Libraries**, Chicago, v. 16, n. 1, 1985.

BRUCE, C. S. Las Siete caras de la Alfabetización en Información en la Enseñanza Superior. **Anales de Documentación**, n. 6, p. 289-294, 2003. Traducción de Cristóbal Pasadas Ureòa (Biblioteca, Facultad de Psicología, Universidad de Granada). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234778219.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

CHANDRA, S. Information Literacy: a review of literature. **International Research Journal of Multidisciplinary studies**, v. 1, n. 5 (2015). Disponível em: <http://irjms.in/sites/irjms/index.php/files/article/view/60/44>. Acesso em: 17 out. 2020.

DUDZIAK, E. A. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. In: **Ci. Inf.**, vol. 32, n. 1, Brasília, jan./abr. 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003). Acesso em: 09 dez. 2020. Acesso em: 17 out. 2020.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; VITORIANO, M. C. P. Competência em Informação: disciplina necessária à formação do arquivista?. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 75-91, jan./abr. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Faróis da Sociedade da Informação**: declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Alexandria: National Forum on Information Literacy, 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LYMAN, L. Literacy Education as Library Community Service. **Library Trends**, v. 28, n. 2, p. 193-217, 1979.

MORO, E. L. da S.; HEINRICH, F. R. Biblioteca Escolar: um espaço por excelência para práticas de ensino e de aprendizagem. In: **SOMOS TODOS BIBLIOTECA ESCOLAR**. Brasília/DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021. (No prelo).

PASSAMAI, M. da P. B.; CABRAL, L. A. Letramento Funcional em Saúde: antecedente histórico, base teórica e interdisciplinaridade. In: PASSAMAI, M. da P. B.; SAMPAIO, H. A. de C.; HENRIQUES, E. M. V. (Orgs.). **Letramento Funcional em Saúde**: as habilidades do usuário e o sistema único de saúde. Curitiba: CRV, 2019.

SAUNDERS, L. The Future of Information Literacy in Academic Libraries: a Delphi study. **Library and The Academy**, v. 9, n. 1, p. 99-114, jan. 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; UNIVERSIDADE DE BRÁSÍLIA; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Carta de Marília sobre Competência em Informação**. 2014. Disponível em: [https://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA\\_de\\_Marília.pdf](https://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marília.pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.